

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária/3 de Carregal do Sal
Circulo: Viseu
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Melhorar a democracia através da participação política activa dos cidadãos

A República Portuguesa faz cem anos.

Os ideais que nortearam a implantação da República em Portugal foram ideais de equidade, nomeadamente os que correspondem ao exercício pleno da liberdade social. Esta dimensão da liberdade, crucial para a promoção do desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, no âmbito de uma cidadania mais responsável, revela toda a sua importância e impacto do desenvolvimento presente e futuro da sociedade como um todo.

No ideário republicano, esta liberdade corresponde à possibilidade que o espírito humano tem de se efectivar. E o espírito, como sabemos, precisa de tempo e de espaço para esta efectivação: um tempo que se prolonga toda uma vida, mas com o cunho indelével das aquisições da juventude; e um espaço repartido entre a instituição escolar e a instituição familiar.

Aqueles que lutaram pela implantação da República em Portugal compreendiam a elevação do espírito como resultado de uma instrução sólida (de conteúdo instrumental), em concomitância com uma educação ética para a vida (em que o indivíduo se reconheça), na arguta percepção de que cidadãos iluminados e interventivos são uma mais-valia indispensável no seio de uma nação responsável.

Preconizava-se, enquanto factor de desenvolvimento, um ensino de valores fundamentais para uma cidadania activa: liberdades, respeito e igualdade perante a justiça e direito à educação.

Asfixiada quase à nascença, a República definhada renasceu quase meio século depois, em Abril, com os mesmos ideais, mas com falta de tempo para solidificar a instrução e a educação. Houve que acelerar processos (que têm o seu tempo) e o ideal de desenvolvimento económico acelerado substituiu o lento processo de desenvolvimento da liberdade social.

Como consequência deste novo processo, apesar de haver mais instrução, os cidadãos foram

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

deixando de se reconhecer na República e nos seus representantes, até culminar na situação presente da democracia portuguesa: desconhecimento das instituições e suas figuras; e elevados níveis de abstenção na participação cívica eleitoral.

No sentido de voltar a aproximar os cidadãos da República, o nosso projecto de recomendação propõe as seguintes medidas:

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Promover a reintrodução, no currículo escolar, da formação cívica de âmbito político-administrativo, para que os presentes e futuros cidadãos conheçam, efectivamente, o funcionamento das instituições centrais da República e nelas se reconheçam, envolvendo-se nos seus processos de eleição e funcionamento. Cremos que a cidadania deve ser uma força activa, a um tempo racional e emocional.

2. Alargar a prática de referendos às decisões de relevo nacional importantes para o futuro do país, de modo a envolver a sociedade civil como um todo.

Apesar de Portugal possuir um sistema político representativo, julgamos que a discussão pública das vantagens e desvantagens da realização destes projectos – com intervenção de vários quadrantes sociais, políticos e não só – seria benéfica para os cidadãos serem informados e tomarem a sua decisão de forma livre e responsável.

3. Para consolidar a participação política da população em geral, defendemos a criação de concelhos municipais e distritais, para os quais sejam convidados a participar todos os cidadãos com mais de 18 anos.

Inspirado na democracia ateniense, este modelo deve ser caracterizado por uma grande rotatividade dos participantes, assegurando assim a diversidade e hipotética qualidade das medidas apresentadas.